

PARECER 01/2026 COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria: Projetos de Lei nº 01/2026 (LDO), nº 02/2026 (PPA) e nº 03/2026 (Crédito Adicional Especial – LOA)

I – RELATÓRIO

Chegam para análise desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação os Projetos de Lei nº 01/2026 (LDO), nº 02/2026 (PPA) e nº 03/2026 (Crédito Adicional Especial – LOA), todos de iniciativa do Poder Executivo.

As proposições tramitam de forma integrada, tendo em vista que a abertura de crédito adicional especial exige compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, nos termos do art. 165 da Constituição Federal.

Os Projetos de Lei nº 01/2026 e nº 02/2026 consignam que ficam alterados os respectivos anexos, conferindo-lhes “nova redação”. Contudo, os anexos referidos não acompanharam a tramitação legislativa.

Diante dessa circunstância, acolhe-se a orientação constante do parecer jurídico no sentido da apresentação de emendas modificativas de redação aos Projetos de Lei nº 01/2026 e nº 02/2026, a fim de substituir o comando de alteração direta dos anexos por autorização legislativa para a compatibilização técnica posterior dos anexos pelo Poder Executivo, em razão das alterações decorrentes do Projeto de Lei nº 03/2026.

É o relatório.



II – COMPETÊNCIA DA COMISSÃO

Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal, compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifestar-se quanto aos aspectos de constitucionalidade, legalidade, jurídica, técnica legislativa e redação das proposições.

III – ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão passa à análise sob os aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, técnica legislativa e redação, conforme sua competência regimental.

1. Das alterações promovidas pela Lei Orçamentária Anual (Projeto de Lei nº 03/2026)

O Projeto de Lei nº 03/2026 autoriza a abertura de crédito adicional especial no valor total de R\$ 8.537.425,20, destinado à criação e reforço de dotações orçamentárias inexistentes ou insuficientes na Lei Orçamentária vigente.

1.1 Gabinete do Prefeito – Fundo da Mulher

Construção da Casa da Mulher Paranaense:

- Fonte 000 – Recursos Ordinários: R\$ 263.814,39

- Fonte 10.276 – Fundo Estadual dos Direitos da Mulher: R\$ 2.150.000,00

Subtotal: R\$ 2.413.814,39

Manutenção do Fundo da Mulher – Fonte 10.245:

- Material de consumo: R\$ 8.707,76



- Serviços de terceiros: R\$ 3.402,26

- Equipamentos e material permanente: R\$ 3.600,00

Subtotal: R\$ 15.710,02

1.2 Procuradoria Geral do Município

Fundo de Honorários Advocatícios – Fonte 10.195: R\$ 1.500,00

1.3 Secretaria de Planejamento

Contribuições previdenciárias – Fonte 000: R\$ 1.500,00

1.4 Secretaria de Educação

Despesas de exercícios anteriores – Fonte 000: R\$ 10.000,00

1.5 Agricultura e Meio Ambiente

Controle de animais – Fonte 000: R\$ 160.000,00

1.6 Secretaria de Saúde

- Reforma almoxarifado da saúde: R\$ 200.000,00

- Gestão SUS – previdência: R\$ 1.950,00

- Vigilância sanitária – despesas anteriores: R\$ 7.550,00

- Vigilância epidemiológica (Fonte 494): R\$ 16.800,00

- Atenção especializada – despesas anteriores: R\$ 1.621,00

- Saúde bucal – previdência: R\$ 3.250,00

- Atenção primária – previdência: R\$ 19.500,00

- Atenção primária – despesas anteriores: R\$ 320,00



- Saúde mental – previdência: R\$ 1.950,00

Subtotal Saúde: R\$ 252.941,00

1.7 Obras, Serviços Urbanos e Habitação

Departamento de Projetos – Fonte 000: R\$ 5.000,00

Habitação de Interesse Social:

- Fonte 000: R\$ 3.000,00

- Fonte 000: R\$ 3.000,00

- Fonte 10.279 – Convênio Habitação: R\$ 5.600.000,00

Subtotal Obras/Habitação: R\$ 5.611.000,00

1.8 Secretaria da Fazenda

- Contribuições patronais: R\$ 10.000,00

- Contribuições patronais arrecadação: R\$ 60.959,79

Subtotal Fazenda: R\$ 70.959,79

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL: R\$ 8.537.425,20

2. Constitucionalidade

O sistema de planejamento orçamentário encontra fundamento no art. 165 da Constituição Federal, que estabelece a necessária integração entre PPA, LDO e LOA. O Projeto de Lei nº 03/2026, por sua vez, insere-se na competência do Poder Executivo ao tratar de crédito adicional especial.



3. Legalidade

A abertura de crédito adicional especial exige indicação das fontes de recursos e observância ao art. 43 da Lei nº 4.320/1964. O Projeto de Lei nº 03/2026 indica fontes, em consonância com a legislação de regência.

No que se refere aos Projetos de Lei nº 01/2026 (LDO) e nº 02/2026 (PPA), a legalidade também deve ser analisada sob o prisma da forma do comando normativo. As proposições dispõem que “ficam alterados os anexos”, conferindo-lhes “nova redação”, contudo os anexos não foram encaminhados juntamente com os projetos.

A alteração de anexos sem a apresentação do respectivo conteúdo material afronta a exigência de certeza e determinabilidade da norma jurídica, pois o Poder Legislativo não pode deliberar validamente sobre conteúdo não conhecido no processo legislativo.

Tal situação pode caracterizar vício formal de legalidade, na medida em que:

- impede a verificação concreta do alcance da alteração normativa;
- compromete a publicidade e a transparência do processo legislativo;
- dificulta o controle interno e externo dos atos legislativos.

Assim, para preservação da legalidade e da segurança jurídica, mostra-se necessária a alteração da redação do art. 1º dos Projetos de Lei nº 01/2026 e nº 02/2026, substituindo-se a expressão que determina a alteração direta dos anexos por autorização legislativa para compatibilização técnica dos anexos em razão das alterações promovidas pelo Projeto de Lei nº 03/2026.

4. Juridicidade



Sob o aspecto da juridicidade, inexistente conflito com normas hierarquicamente superiores. As proposições estão em harmonia com o ordenamento jurídico, especialmente no que toca à coerência entre os instrumentos de planejamento e execução orçamentária.

5. Técnica Legislativa e Redação

5.1 Problema de redação identificado nos PL nº 01/2026 e nº 02/2026

No tocante à técnica legislativa e à redação, observa-se que os Projetos de Lei nº 01/2026 (LDO) e nº 02/2026 (PPA) contêm comando normativo expresso no sentido de que “ficam alterados os anexos”, conferindo-lhes “nova redação” e atribuindo-lhes caráter de parte integrante das leis correspondentes.

Entretanto, os anexos referidos não foram encaminhados juntamente com os projetos, inexistindo nos autos legislativos o conteúdo material a ser efetivamente substituído.

Essa circunstância configura inadequação relevante de redação e técnica legislativa por três razões centrais:

- a) Indeterminação do objeto da deliberação legislativa: ao afirmar que os anexos “ficam alterados” sem apresentar a redação substitutiva, submete-se à votação alteração cujo conteúdo não está determinado no processo legislativo, impedindo a avaliação concreta do alcance das modificações e comprometendo a certeza do comando normativo.
- b) Risco de vício formal e insegurança jurídica: a aprovação de texto que declara alterados anexos inexistentes no processo cria fragilidade na validade e na aplicação da norma, pois não se consegue identificar, com segurança, quais anexos passam a vigorar e qual é a redação efetivamente incorporada.
- c) Comprometimento da transparência e da publicidade: por envolver instrumentos de planejamento orçamentário, a alteração de anexos demanda



clareza e acessibilidade. A ausência do conteúdo dos anexos impede o adequado controle político e social e dificulta a fiscalização pelos órgãos de controle.

Em síntese, o problema não é de mérito do ajuste orçamentário, mas de redação legislativa: o texto original declara uma alteração que não foi materialmente apresentada, o que pode ser interpretado como aprovação de conteúdo não conhecido.

5.2 Justificativa técnica para a alteração da redação

Diante da ausência dos anexos, a solução juridicamente mais segura e tecnicamente correta é adequar a redação do art. 1º dos PL nº 01/2026 e nº 02/2026 para substituir o comando de alteração direta dos anexos por autorização legislativa de compatibilização técnica.

Essa solução preserva:

- a integração entre PPA, LDO e LOA (art. 165 da Constituição Federal);
- o devido processo legislativo, pois o Parlamento delibera sobre comando normativo certo e executável;
- a segurança jurídica, ao reconhecer que a compatibilização é consequência técnica das alterações aprovadas na LOA (PL nº 03/2026).

6. Adequação das Emendas

As emendas propostas não delegam função legislativa, nem criam conteúdo material novo sem deliberação parlamentar. Limitam-se a autorizar a compatibilização técnica necessária para refletir, nos anexos do planejamento, as alterações orçamentárias aprovadas no crédito adicional (PL nº 03/2026).



IV – EMENDAS APRESENTADAS

EMENDA Nº 01/2026 – AO PROJETO DE LEI Nº 01/2026 (LDO)

Altera a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 01/2026.

Art. 1º O art. 1º do Projeto de Lei nº 01/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adequações e compatibilizações técnicas necessárias nos anexos da Lei Municipal nº 3.487, de 16 de dezembro de 2025, em razão das alterações decorrentes do Projeto de Lei nº 03/2026.”

EMENDA Nº 02/2026 – AO PROJETO DE LEI Nº 02/2026 (PPA)

Altera a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 02/2026.

Art. 1º O art. 1º do Projeto de Lei nº 02/2026 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder às adequações e compatibilizações técnicas necessárias nos anexos da Lei nº 3.486, de 16 de dezembro de 2025, em razão das alterações decorrentes do Projeto de Lei nº 03/2026.”

V – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação conclui que:

- o Projeto de Lei nº 03/2026 encontra-se juridicamente apto ao prosseguimento;



- os Projetos de Lei nº 01/2026 e nº 02/2026 apresentam adequação quanto ao mérito, porém contêm inadequação de técnica legislativa e de legalidade formal em razão da ausência dos anexos mencionados e da redação que determina sua alteração sem apresentação do conteúdo.

Assim, para preservação da segurança jurídica, da transparência legislativa e da regularidade formal do processo legislativo, faz-se necessária a aprovação das emendas modificativas de redação apresentadas por esta Comissão.

Dessa forma, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação manifesta-se:

- a) pelo PROSSEGUIMENTO do Projeto de Lei nº 03/2026;
- b) pelo PROSSEGUIMENTO dos Projetos de Lei nº 01/2026 e nº 02/2026, CONDICIONADO à aprovação das emendas modificativas de redação acima apresentadas.

Sala das Comissões, 09 de fevereiro de 2026.

Isabel Cristina Grossi

Presidente

Geovane de Lima

Relator

Élcio Josué Colaço

Membro

